DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Ao Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Porteirinha - MG

REQUERENTE:

**Dados obrigatórios, conforme o art. 77, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 da CGJ/TJMG.*

Nome completo: _____

CPF: _____ Data de nascimento: _____

Nacionalidade: _____ Profissão: _____

Estado civil: _____ União estável: ☐ Sim ☐ Não

Filiação: _____ e _____

Residência/Domicílio: _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

E-mail: _____ Telefone: ( ) _____

ATO E IMÓVEL:

Título judicial (formal de partilha, carta de adjudicação, etc.): _____

Processo nº: _____ Juízo/Comarca: _____

☐ Sem registro anterior ☐ Matrícula/Transcrição nº: _____

Descrição do imóvel, se necessário: _____

_____

Valor de mercado do imóvel: R$ _____

REQUEIRO a prática do ato consubstanciado no título judicial acima indicado e dos demais atos necessários, com isenção de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária (TFJ), por ser beneficiário(a) da gratuidade da justiça concedida no referido processo, nos termos do art. 98, § 1º, IX, do Código de Processo Civil, do art. 20, I, da Lei estadual nº 15.424/2004 e dos arts. 140 e 141 do Provimento Conjunto nº 93/2020 da CGJ/TJMG.

DECLARO, sob as penas da lei, que sou pobre no sentido legal, sem condições de pagar os emolumentos e a TFJ sem prejuízo do meu sustento e do de minha família, e que o valor de mercado acima informado é declarado para fins do art. 135 do Provimento Conjunto nº 93/2020 da CGJ/TJMG.

DECLARO, ainda, que fui cientificado(a) de que o Registro de Imóveis poderá solicitar documentos que comprovem esta declaração, exigir o pagamento ou impugnar o pedido perante o Juiz Diretor do Foro, conforme o art. 140, §§ 1º a 3º, do mesmo Provimento, e de que inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, caracteriza o crime de falsidade ideológica previsto no art. 299 do Código Penal, punido com reclusão e multa, sem prejuízo da responsabilidade civil. Os dados de qualificação eventualmente não informados são por mim desconhecidos, apesar das diligências realizadas, nos termos do art. 77, §§ 2º e 3º, do mesmo Provimento.

Porteirinha/MG, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do Declarante

ATENÇÃO

1. Reconhecer a firma do(a) requerente em Tabelionato de Notas, salvo se o requerimento for assinado na presença do oficial de registro ou de seu preposto (art. 928, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020).
2. Para arquivo eletrônico, gerar PDF/A conforme manual (https://www.jucemg.mg.gov.br/arquivos/manual-do-registro-digital-pdf-a.pdf) e assinar com ICP-Brasil, Gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/assinatura-eletronica) ou e-Notariado (https://assinatura.e-notariado.org.br/).